

Ensino técnico no Brasil: Uma revisão histórica

ANJOS, Pamela Lenoir dos. (bolsista)
IFSC Campus Gaspar – pamy_lenoir@hotmail.com

NEVES, Rosane Maria(coordenação)
IFSC Campus Gaspar – rosane.neves@ifsc.edu.br

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

1 Introdução

A globalização tem exercido grande impacto na vida das pessoas de modo geral e, principalmente nas comunidades que viviam mais alheias aos problemas tipicamente urbanos e econômicos. Uma formação para melhorar o entendimento das mudanças ocorridas nas duas últimas décadas nos coloca o desafio de encontrar a linguagem que facilite o entendimento do estudante, neste caso também trabalhador. Fazer deste público – trabalhador, um estudante ativo no atual sistema de ensino é uma oportunidade de exercitar todo o conhecimento gerado pelas ciências de domínio humano. Este trabalho tem como objetivo apresentar a evolução histórica da educação profissional pública no Brasil, correlacionando os aspectos políticos, legais e sociais.

2 Fundamentação Teórica

Segundo Gadotti (1999), o primeiro estudioso a propor um sistema articulado, unificado, de ensino, reconhecendo o igual direito de todos os homens ao saber, foi João Comênio. Para ele a educação deveria acontecer durante toda a vida humana, pois “estamos sempre nos formando”, afirma. Para John Dewey, o ensino deveria dar-se pela ação e não pela instrução. Essencialmente pragmática e instrumentalista. A experiência concreta da vida se apresentava sempre diante de problemas que a educação poderia ajudar a resolver. Defendia a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno enquanto criticava a obediência e submissão. Pregava os princípios da iniciativa, originalidade e cooperação para o aperfeiçoamento, e não mudança.

De acordo com Panceri (2007) desde 1880 a formação profissional ganhou espaço, por imperativo não apenas de fábrica, mas também da própria sociedade, com o advento de novas ideias. Foi assim que, no ano de 1885, algumas cidades industriais, como Cleveland, Chicago e Cincinnati, disponibilizavam escolas privadas e, Filadélfia e Baltimore já tinham escolas

públicas voltadas à capacitação profissional. Depois, as empresas passaram a inserir, dentro da própria organização, escolas com objetivo de formação profissional.

Em 1900, o *College of Engineering*, teve a ideia de constituir cooperação entre empresa e escola, com a preocupação de melhorar o treinamento dos trabalhadores. Neste sentido, o estudante se dirigia à escola por um determinado período e, noutro, laborava, voltava à escola e, finalmente, em um quarto estágio, retornava à empresa para concluir sua formação num estágio. Como conseqüência, o estudante já saía empregado. (Zanetti, 2002 apud Panceri, 2007)

O papel do Estado é o de fornecer as condições para que o cidadão possa formar-se para atuar no mundo do trabalho. Mourão e Puente-Palacios (2006) afirmam que quanto maior for a escolaridade, maior a chance de conseguir um posto de trabalho em um mundo em que o trabalho é cada vez mais escasso.

A internacionalização da economia e da tecnologia exige um nível de alfabetização funcional (grifo nosso) que vai muito além do que desenhar o próprio nome ou ler uma mensagem simples. (Mendonça e Urani, 1994, p.67)

No Brasil a oferta de ensino público profissionalizante se apresenta sucintamente no quadro que segue:

Período	Documentos	Ações
Até 1760	200 anos de educação Jesuíta	Primeiros aprendizes de ofícios foram os índios e os escravos
Até 1889	Criadas casas de Fundição e de moeda.	Aprovados recebiam uma certidão de aprovação. Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil.
1906	Decreto nº 787, de 11/09/1906	Nilo Peçanha inicia no Brasil o ensino Técnico
1909	Decreto nº 7.566, de 23/09/1909	Cria em diferentes unidades Federativas, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.
1927	Aprovado Projeto Fidélis Reis	Previa o oferecimento de obrigatoriedade de oferta profissional no país.
1941	Vigoraram as leis da “Reforma Capanema”.	Tinha como principais pontos o ensino profissional que passou a ser considerado de nível médio, e o ingresso nas escolas industriais dependeu de exames de admissão.
1959	Escolas Industriais e Técnicas transformadas em autarquias com o nome Escolas Técnicas Federais.	Aceleração do processo de produção.
1978	Lei nº 6.545	Transformação de três Escolas Técnicas Federais em CEFETs (Centro Federal de Educação Tecnológica)

1996	Sancionada Lei nº 9.394, de 20/11/1996.	Supera Enfoques de assistencialismo e de preconceito social. Torna-se um mecanismo em favor da inclusão social e democratização dos bens sociais. Sistema de Certificação Profissional.
2008	Lei nº 11.892, de 29/12/2008	Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)
De 1909 a 2005 Foram construídas 144 unidades, melhor configurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira.		

Fonte: Adaptado de WITTACZIK (2008)

A forma de trabalhar na empresa, de acordo com Bernabei (2003, p.23), requer que cada vez mais pessoas se especializem e atinjam o quanto antes um bom nível e autonomia. Por base econômica, argumenta a autora, se entende a educação a “saber fazer algo para criar o próprio ponto econômico, é o princípio da liberdade da pessoa humana”. BERNABEI (2003, p.48). Meneghetti (2004) recomenda preparar os jovens para um futuro imediato, e isso requer que tenha tempo para: a) fazer para si uma cultura pessoal, b) trabalhar para ter uma própria economia individual que lhes consinta ser autônomos. Pode fazer qualquer trabalho, de garçom a lavador de pratos. Portanto, devem fazer dinheiro para ser livres, ter um tempo universitário mínimo e exames correntes. MENEGHETTI (2004, p.252)

Para Vygotsky, apresentado em NEVES (2001), aprender é apropriar-se da produção cultural através da interação e da mediação, operando com os dados da realidade para compreendê-la e transformá-la. Deste modo, a aprendizagem é uma atividade social compartilhada com o todo do qual o indivíduo faz parte. Por isso não pode ser visto como conquista individual, mas como processo impulsionado pelo outro.

Segundo Lerípio (2000) apud NEVES (2001), aprender sempre requer um esforço, mas esforço não é necessariamente sinônimo de algo que provoca rejeição; pelo contrário, pode ser vivido com grande satisfação se o sujeito se sentir atraído pela ação, percebendo-a como algo prazeroso. Se, satisfaz a curiosidade ou é sentido como algo útil ou necessário, o conhecimento sempre proporciona prazer, daí a necessidade de fazê-lo partir da curiosidade inerente a todo ser humano e de fazer com que os estudantes compreendam sua importância. Nada desanima mais que fazer um trabalho que requer esforço sem que se saiba para que sirva.

O primeiro estudioso a propor um sistema articulado, unificado, de ensino, reconhecendo o igual direito de todos os homens ao saber, foi João Comênio. Para ele a educação deveria acontecer durante toda a vida humana, pois “estamos sempre nos formando”, afirma. Para John Dewey (apud Gadotti, 1999), o ensino deveria dar-se pela ação

e não pela instrução. Essencialmente pragmática e instrumentalista. A experiência concreta da vida se apresentava sempre diante de problemas que a educação poderia ajudar a resolver. Defendia a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno enquanto criticava a obediência e submissão. Pregava os princípios da iniciativa, originalidade e cooperação para o aperfeiçoamento, e não mudança.

Para Carl Roger apud GADOTTI (1999), a educação deve estar centrada no estudante e este ter a liberdade para aprender. São qualidades ou atitudes que facilitam o aprendizado: autenticidade do facilitador e apreço, aceitação e confiança.

Alguns dos princípios de aprendizagem preconizados por Rogers:

- 1) A aprendizagem que envolve mudança na organização de cada um – na percepção de si mesmo – é ameaçadora e tende a suscitar reações.
- 2) A aprendizagem auto-iniciada que envolve toda a pessoa do aprendiz – seus sentimentos tanto quanto sua inteligência – é mais durável e impregnante.
- 3) A aprendizagem socialmente mais útil, no mundo moderno, é a do próprio processo de aprendizagem, uma contínua abertura à experiência e à incorporação, dentro de si mesmo, do processo de mudança. (GADOTTI, 1999, p. 183).

3 Metodologia

O presente levantamento é de caráter teórico pois se destina a ampliar o conhecimento sobre as motivações e impulsos no desenvolvimento da rede federal de ensino técnico e tecnológico, hoje instituída como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, com unidades espalhadas pelo território nacional se aproximando cada vez mais do público-alvo.

4 Resultados e Discussão

A citação de Ivan Illich, feita por GADOTTI (1999): O novo paradigma educacional em desenvolvimento sugere que a escola deve ser, antes de tudo, um ambiente “inteligente”, especialmente criado para a aprendizagem, rico em recursos por ser um local privilegiado onde os alunos podem construir os seus conhecimentos levando em conta a história do grupo e o momento individual de aprendizagem que caracteriza cada um; oferecer atividades pedagogicamente inovadoras, permitindo a comunicação entre o professor e os pais dos alunos, onde a avaliação é feita constantemente, enfatizando a capacidade de o aluno pensar e se expressar claramente, solucionar problemas e tomar decisões, etc., ou seja, “uma concepção integral do homem como ser tecnológico, solidário e humano”.

5 Considerações Finais

Credita-se ao Instituto Federal a tarefa de formação e profissionalização do maior número possível de jovens e adultos cidadãos brasileiros. Na visão da FOIL o mundo do trabalho é um grande organismo de business, de bem-estar, de êxito, de conquista; a ser mediado com a realização pessoal individual. Por meio daquele trabalho, o ser humano ganha a excelência da própria dignidade da sua autonomia econômica e da sua liderança. (FOIL, 2003, p.45)

Para Cenna (2003, p.77) o trabalho é componente essencial da cultura, posto que o homem se auto-realiza e exprime a sua perfectividade consciente e livre por meio do trabalho. O autor afirma que por um justo salário, faz-se o homem livre das necessidades primárias. O trabalho de fato potencia o homem, porque o torna independente.

Segundo Gadotti (1999, p. 278), em 1970, Ano Internacional da Educação, a UNESCO criou uma Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação para estudar os problemas educacionais da maior parte dos países e apresentar estratégias de superação. A comissão defendeu o princípio da Educação Permanente como fundamento da educação do futuro.

Dentre as tendências universais, considera-se como conquista deste século a ideia de que não existe idade para a educação, que ela se estende pela vida e não é neutra.

Poder-se-ia pensar a questão escolar através de dois momentos históricos, e aqui concordo com Gadotti (1999, p.268): o da *educação tradicional* (destinava-se a reproduzir os valores e a cultura da sociedade) e o da *educação nova* (popular, socialista e democrática).

Referências

BERNABEI, Pamela. In: **Psicologia Managerial**. São Paulo: FOIL, 2003.

CENNA, In: **Psicologia Managerial**. São Paulo: FOIL, 2003.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da História: A Gênese da Formação Profissional no Brasil**. Londrina. 18p. Universidade Estadual de Londrina.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 7. ed. São Paulo: Atica, 1999.

Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões / organização, Caetana Juracy Resende Silva. Natal: IFRN, 2009.

MENEGHETTI, Antonio. **Economia, política e sociedade hoje**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2004.

MOURÃO e PUENTE-PALACIOS, in: **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas**. Jairo E. Borges Andrade, Gardênia da Silva Abbad, Luciana Mourão. Porto Alegre: Artmed, 2006.

NEVES, Rosane Maria. **Educação ambiental para mudança na cultura organizacional**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Administração. **Florianópolis, 2001**.

PANCERI, Reginete, 1961 – **Desenvolvimento de Competências**: avaliação de um programa gerencial [manuscrito] / Reginete Panceri. - 2007.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação Profissional no Brasil: Histórico**. Jaraguá do Sul, 2008. 10p. SENAIsc.